

O SUPREMO OFICIAL E SEUS SUBOFICIAIS: A NATUREZA DO TRÍPLICE OFÍCIO DE CRISTO

*Heber Carlos de Campos Júnior**

RESUMO

A doutrina do tríplice ofício, ou dos três ofícios de Cristo, é apresentada como característica da tradição reformada desde João Calvino, passando pela produção confessional dos séculos 16 e 17, embora seja pouco explorada entre os que se julgam reformados no Brasil hoje. A fim de responder a acusações e corrigir percepções equivocadas deste locus doutrinário, o artigo primeiramente investiga a fundamentação escriturística e a história da redenção para concluir que se trata de um paradigma bíblico, antes do que uma imposição dogmática ao texto sagrado, por pelo menos três razões: regulamentação na lei mosaica, expectativa escatológica de algo superior quanto aos ofícios e a presença de uma figura que reuniria os três ofícios. Em segundo lugar, o artigo ressalta características da natureza do ofício (constituição encarnada, autoridade divina, teor redentivo, exercício simultâneo das funções e requisito de obediência) que corrigem equívocos cristológicos e eclesiológicos tanto na academia quanto na igreja. Por último, este artigo apresenta o exercício dos ofícios pelos cristãos sob a autoridade de Cristo com três preocupações em vista: combater os usurpadores que se colocam como intermediários de espiritualidade, evitar o triunfalismo por meio de uma trajetória de humilhação e consequente exaltação do tríplice ofício, e distinguir o exercício dos ofícios pelo Supremo Oficial do nosso exercício enquanto suboficiais.

* Doutor em Teologia Histórica (Ph.D.) pelo Calvin Theological Seminary (Grand Rapids, Michigan); mestre em Teologia Histórica (Th.M.) pelo CPAJ. Professor de Teologia Histórica no CPAJ e de Teologia Sistemática no Seminário Presbiteriano Rev. José Manoel da Conceição. Pastor da Igreja Presbiteriana Parque das Nações (Santo André, SP).

PALAVRAS-CHAVE

Tríplice ofício de Cristo; Três ofícios de Cristo; Ofício profético; Ofício sacerdotal; Ofício real; Tradição reformada; Sacerdócio real; Cristologia; Eclesiologia.

INTRODUÇÃO

A doutrina dos ofícios de Cristo é um assunto significativo para a tradição reformada e sobre o qual ainda ouvimos pouco em nossas igrejas. Ainda que o interesse pela teologia reformada que tem movimentado o cenário evangélico brasileiro no século 21 continue em vigor, esta é uma área da teologia reformada pouco conhecida. Além de seções em teologias sistemáticas, quase não encontramos livros nem mesmo artigos sobre o assunto em nosso idioma. Eis uma parte da tradição que os brasileiros que se autointitulam “reformados” precisam descobrir.

Donald Macleod afirma que o conceito original era de um ofício tríplice (*munus triplex* = encargo triplo), o ofício (*officium* = dever) de mediador, com três funções: profeta, sacerdote e rei.¹ O conceito de “mediador” é antigo na história da revelação (Dt 5.5), mas foi aplicado a Cristo como único mediador entre Deus e os homens (1 Tm 2.5; Hb 8.6; 9.15; 12.24). Na tradição reformada, tornou-se comum falar de Cristo como o mediador do Pacto da Graça. Portanto, seus encargos oficiais estão ligados às promessas da aliança. Além da linguagem de um ofício (o de mediador), é válido utilizar a linguagem de três ofícios porque no Antigo Testamento homens distintos ocupavam encargos sem acumular sequer dois deles. Inclusive, a própria tradição reformada utiliza as duas terminologias intercambiavelmente.² Utilizaremos, portanto, os termos “tríplice ofício” e “três ofícios” complementarmente a fim de tratar dessa doutrina tanto nas suas diferentes funções e objetivos cumpridos por cada ofício, assim como da reunião desses ofícios em um só mediador.

Essa doutrina não é invenção dos reformadores, pois já é antiga na história da igreja.³ Talvez tenha se desenvolvido entre os protestantes mais do que entre

¹ MACLEOD, Donald. A obra de Cristo. In: BARRETT, Matthew (Org.). *Teologia da Reforma*. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2017, p. 302.

² William Ames diz num aforismo que “o ofício... é triplo; a saber, de profeta, sacerdote e rei”. No aforismo seguinte ele se refere ao ofício no plural: “o número e ordem dos ofícios”. AMES, William. *The Marrow of Theology*. Grand Rapids: Baker, 1997, l.xix.10-11 (p. 132). O *Breve Catecismo de Westminster* (1647), em sua edição original, fala na pergunta 23 dos “ofícios” que Cristo executa como nosso Redentor. Wilhelmus à Brakel, teólogo holandês do final do século 17, também se refere aos ofícios de Cristo no início do capítulo e logo em seguida fala do “ofício de Mediador”, no singular. BRAKEL, Wilhelmus à. *The Christian's Reasonable Service*. Joel R. Beeke (Org.). Grand Rapids: Reformation Heritage Books, 1992, vol. 1, p. 517-518.

³ EUSÉBIO, *História Eclesiástica*, 1.3.7-9; TOMÁS DE AQUINO, *Summa Theologiae*, III.xxii.2. Donald Macleod ainda menciona que João Crisóstomo, Lutero, Melanchthon, Bullinger e Osiander fazem rápidas alusões aos ofícios, mas não fórmulas sistemáticas. MACLEOD, 2017, p. 305-306.

católicos porque a mediação de Cristo foi um ponto chave na controvérsia com Roma (ex.: orações aos santos e Maria). Em sua obra principal, o reformador João Calvino foi o primeiro a discursar sobre a obra de Cristo debaixo da estrutura do tríplice ofício (o capítulo 15 do livro 2 das *Institutas*).⁴ Na edição de 1536 Calvino fala de um duplo ofício; na edição de 1539, além do Catecismo de Calvino (1541), já entra a linguagem de um tríplice ofício. Porém, é só na edição definitiva das *Institutas* (1559) que Calvino dedicou um capítulo inteiro aos três ofícios.⁵ Tal estrutura influenciou a tradição reformada de tal forma que em várias obras dogmáticas subsequentes os ofícios englobaram toda a tratativa sobre a obra de Cristo.⁶ O fato desse capítulo estar situado nas *Institutas* entre a discussão sobre a pessoa de Cristo e a discussão da sua obra talvez explique porque o tríplice ofício ou os três ofícios tenham ganhado caráter estruturador da obra de Cristo entre os reformados.

Calvino trata dos ofícios de Cristo de forma bem pastoral em um capítulo de suas *Institutas* (II.xv).⁷ Lá, ele aponta para o fato de que Cristo é chamado de “Messias” ou Ungido porque os três ofícios do Antigo Testamento recebiam a unção com óleo. Há textos bíblicos que mostram a unção de profetas (1 Rs 19.16; 1 Cr 16.22; Sl 105.15), sacerdotes (Êx 29.29; 40.15; Lv 4.3; 16.32; Nm 3.3) e reis (1 Sm 9.16; 10.1; 1 Rs 1.34, 39; 2 Rs 9.3; 11.12). Calvino diz que, como profeta, Cristo deveria ser ouvido de forma singular, pois recebeu uma chancela do próprio Pai na transfiguração.⁸ Como rei, Cristo é protetor da igreja com um reino que não padece como os reinos deste mundo⁹ e

⁴ Berkhof afirma que “Calvino foi o primeiro a reconhecer a importância de distinguir os três ofícios do Mediador e a chamar a atenção para isto num capítulo específico das suas *Institutas*”. BERKHOF, Louis. *Teologia Sistemática*. Trad. Odayr Olivetti. Campinas: Luz Para o Caminho, 1990, p. 357.

⁵ MACLEOD, 2017, p. 306-307.

⁶ Do período da pós-reforma, temos Zacarias Ursino, James Usher, François Turretini, Wilhelmus à Brakel, Thomas Ridley e John Gill, dentre outros. Do período moderno, temos nomes conhecidos como Charles Hodge e Louis Berkhof. Um exemplo contemporâneo dessa divisão tríplice da obra de Cristo é o livro de Robert Letham, *A obra de Cristo*. São Paulo: Cultura Cristã, 2007. Sobre os séculos 16 e 17, Heinrich Heppe afirma que os luteranos só falavam de um duplo ofício (régio e sacerdotal). HEPPE, Heinrich. *Reformed Dogmatics*. Londres: Wakeman, s.d., p. 453. Se de fato essa ênfase dupla marcou o início do movimento luterano, não ficou assim por muito tempo. Johann Gerhard, o grande teólogo luterano do início do século 17, já trata do tríplice ofício em sua obra dogmática. GERHARD, Johann. *On Christ: Theological Commonplaces*. Benjamin T. G. Mayes (Org.). St. Louis: Concordia Publishing House, 2009, p. 318-330.

⁷ François Wendel afirma que o capítulo 15 do livro 2 não aparece na primeira edição das *Institutas*, mas é desenvolvido gradativamente a partir de 1539 e só recebe um capítulo inteiro na edição de 1559. É possível que ele tenha derivado essa ideia de Bucer, o qual a menciona em seus comentários dos evangelhos. WENDEL, François. *Calvin: Origins and Development of His Religious Thought*. Grand Rapids: Baker Books, 2002, p. 225.

⁸ CALVINO, João. *As Institutas*. Ed. clássica de 1559, vol. único. Trad. Waldyr Carvalho Luz. São Paulo: Cultura Cristã, 2022, II.xv.2.

⁹ CALVINO, 1559, II.xv.3.

compartilha de suas riquezas atendendo a cada uma de nossas necessidades.¹⁰ Como sacerdote, ele apazigua a ira divina de tal forma que o Pai se torna favorável para conosco.¹¹

Tal paradigma triplo entrou na tradição confessional reformada. Essa divisão da obra de Cristo está no *Catecismo de Heidelberg* (perguntas 31 e 32), *Confissão de Fé de Westminster* (8.1), *Catecismo Maior de Westminster* (p. 42-45), *Breve Catecismo de Westminster* (p. 23-26), dentre outros documentos confessionais. Observe como o *Catecismo Maior de Westminster* explica que Jesus foi chamado de Cristo (“ungido”) em conexão com os ofícios, tendo autoridade e poder para exercê-los durante todo o seu ministério até o dia de hoje (p. 42):

P. Por que foi o nosso Mediador chamado Cristo? R. O nosso Mediador foi chamado Cristo, porque foi acima de toda a medida unguido com o Espírito Santo; e assim separado e plenamente revestido com toda a autoridade e poder para exercer as funções de profeta, sacerdote e rei da sua igreja, tanto no estado da sua humilhação, como no da sua exaltação.

Essa pergunta do *Catecismo Maior* apresenta alguns aspectos riquíssimos acerca da obra de Cristo. Primeiramente, aponta para a realidade de que ser unguido significa ser cheio do Espírito. O ofício de Cristo está relacionado à obra do Espírito em Cristo (aspecto pneumatológico). Em segundo lugar, essa obra do Espírito resultou em autoridade e poder. A função tríplice do mediador sobre a sua igreja implica em autoridade divina para cumprir uma missão e poder encarnado para realizá-la (aspecto missiológico). Em terceiro lugar, seu ofício é exercido tanto no estado de humilhação como de exaltação. Isso implica em operações de Cristo que prosseguem do singelo ao glorioso (aspecto escatológico).

Além das alegações cristológicas, a tradição reformada sempre utilizou a categoria do tríplice ofício para aplicar ao serviço cristão, como forma de explicar textos bíblicos que apontam nessa direção (Ef 2.6; 1 Pe 2.5, 9-10; 1 Jo 2.20, 27; Ap 5.10). Isso significa que esta doutrina cristológica também tem uma esfera eclesiológica; afinal, se somos corpo de Cristo, devemos operar semelhantemente ao cabeça. O tríplice ofício de Cristo aplicado a nós cristãos já faz parte sólida da tradição reformada desde o *Catecismo de Heidelberg* (1563), pergunta 32:

P. Por que você é chamado cristão? R. Porque pela fé sou membro de Cristo e, por isso, também sou unguido para ser profeta, sacerdote e rei. Como profeta confesso o nome dEle; como sacerdote ofereço minha vida a Ele como sacrifício

¹⁰ CALVINO, 1559, II.xv.4.

¹¹ CALVINO, 1559, II.xv.6.

vivo de gratidão; e como rei combato, nesta vida, o pecado e o diabo, de livre consciência, e depois, na vida eterna, vou reinar com Ele sobre todas as criaturas.

Diante desse paradigma cristológico com aplicabilidade eclesiológica, este artigo tem um tríplice propósito. Primeiramente, o tríplice ofício precisa ser mais bem investigado a fim de receber a chancela de “paradigma bíblico”, antes que um molde doutrinário imposto ao texto sagrado. Diante de acusações de que o *munus triplex* seja uma categoria dogmática imposta ao texto, essa primeira seção procura explorar a teologia bíblica do tríplice ofício. Em segundo lugar, o artigo visa explorar a natureza do tríplice ofício de Cristo para corrigir certos conceitos na academia e na igreja acerca da obra de Cristo que não coadunam com a revelação bíblica sobre a função messiânica. Não significa que essa investigação da natureza dos ofícios de Cristo seja meramente combativa, mas visa enriquecer a compreensão de sua missão enquanto Messias. Não há espaço neste texto introdutório para explorar as riquezas de cada um dos ofícios, mas ao apresentar a natureza deles será possível refletir inicialmente sobre a contribuição que cada um concede à obra redentora. Em terceiro lugar, este artigo intenta apresentar a nossa função como suboficiais debaixo do Supremo Oficial, explorando o nosso trabalho sob a autoridade de Cristo ao mesmo tempo em que confronta equívocos eclesiológicos.

1. UM PARADIGMA BÍBLICO

A partir do final do século 18 a teologia moderna passou a criticar esse paradigma sugerindo que tal estrutura dogmática estava sendo imposta ao texto bíblico, ou que os três ofícios estavam sendo apresentados como abrangendo toda a obra de Cristo. Todavia, o paradigma não exclui a utilidade de outros títulos que explicam a messianidade de Cristo (ex.: pastor, juiz, sábio). Ele apenas utiliza três figuras autoritativas na história de Israel que são assumidas por Cristo como parte de sua missão messiânica.¹²

Walter Kaiser oferece fundamentação exegética para o paradigma ao afirmar que o termo hebraico מָשִׁיחַ (*mashiah*), traduzido na Septuaginta por Χριστός (*christos*), está dentro de uma família de palavras utilizadas para a consagração de objetos ou pessoas. Todavia, o substantivo (que aparece 39 vezes no Antigo Testamento) só é aplicado a pessoas: “os que eram consagrados nessa categoria eram sacerdotes, profetas e reis”.¹³ Kaiser prossegue mostrando como o substantivo foi muito utilizado para se referir a Davi, mas não se deve

¹² Para um resumo de objeções feitas ao paradigma do tríplice ofício na teologia moderna e contemporânea, vindas de teólogos como Albrecht Ritschl, Wolfhart Pannenberg e Karl Barth, dentre outros, ver: STROUP III, George W. “The Relevance of the *Munus Triplex* for Reformed Theology and Ministry”. *Austin Presbyterian Theological Seminary Bulletin* 98.9 (jun. 1983), p. 22-32.

¹³ KAISER JR., Walter C. *O Messias no Antigo Testamento*. São Paulo: Shedd, 2021, p. 15.

estranhar que o título “ungido” também seja usado para sacerdotes e profetas. “O grande antítipo, o Cristo do Novo Testamento, abraçou todos os três cargos e funções de profeta, sacerdote e rei. Nesse sentido, o Messias estaria acima dos ‘seus companheiros’ (Sl 45.7)”.¹⁴

Além do termo messias, há outros termos que apontam para a ideia de ocupação autoritativa, um dos sentidos de ser um ungido. A palavra hebraica *כהן* (*kahan*) é muito utilizada em Êxodo para se referir ao ofício sacerdotal (28:1, 3, 4, 41; 29:1, 44; 30:30; 31:10; 35:19; 39:41; 40:13, 15); a palavra grega *ἱερατεία* (*hierateia*) cumpre a mesma função ao se referir à posição sacerdotal (Lc 1.9; Hb 7.5). A palavra hebraica *פקדון* (*pequdâ*) tem o sentido de oficial que recebeu autoridade para uma função (“cargo” em Nm 4.16; “guardas” em 2 Rs 11.18; “deveres” em 1 Cr 24.3; “superintendência” em 1 Cr 26.30 e 2 Cr 23.18; “comissão” em 2 Cr 24.11; “encargo” em Sl 109.8; “inspetores” em Is 60.17). Uma variedade de traduções corrobora para comunicar a ideia de um ofício. Portanto, é comum ver como a história bíblica aponta para pessoas com funções autoritativas a realizar.

O ungido não é apenas um portador de autoridade, mas também de poder, já que a revelação une unção e o Espírito (1 Sm 16.13; Is 61.1; Lc 4.18; 2 Co 1.21-22). A presença do Espírito produz mudança (1 Sm 10.6), concede poder. Por isso, é dito de Jesus que ele foi ungido “com o Espírito Santo e com poder” (At 10.38). Isso significa que quando o Espírito desceu sobre Jesus no batismo (Mt 3.16), dando início ao seu ministério,¹⁵ o Cristo não foi apenas autorizado, mas também energizado para libertar os cativos, curando e expelindo demônios pelo poder do Espírito. Portanto, há fundamentação bíblica para a resposta do *Catecismo Maior* referida acima afirmar que Cristo foi revestido de autoridade e poder.

A observação de Kaiser acerca de Cristo estar acima dos seus companheiros reflete a progressividade da revelação na temática messiânica. Embora o Antigo Testamento tenha figuras emblemáticas da profecia, do sacerdócio e da realeza, o registro bíblico deixa claro que havia uma expectativa por um profeta maior do que Moisés, um sacerdote maior do que Arão e um rei maior do que Davi. Ele seria o auge dos três ofícios: profeta (Dt 18.15, 18; Is 61.1-2), sacerdote (Sl 110.4) e rei (2 Sm 7.12-13; Sl 2.6-9; 110.1; Is 9.7; Zc 9.9; Lc 1.32-33). Cristo, portanto, é o supremo oficial.

¹⁴ KAISER, 2021, p. 16.

¹⁵ Quando se pergunta sobre o tempo da vocação/unção, é melhor que entendamos que o batismo funciona como a cerimônia pública que o autoriza com o Espírito a iniciar o seu ministério em nome de Deus. É claro que ele já era rei por direito desde o seu nascimento (Mt 2.1-2) e se mostrou apto a falar em nome do pai em sua infância diante dos doutores, mas a cerimônia que oficializou foi o batismo. Lucas esclarece que após o batismo ele retorna do deserto no poder do Espírito e lê Isaías 61 na sinagoga (Lc 4).

Mas não são apenas passagens isoladas que levantam a expectativa de um supremo oficial, mas toda a trama bíblica ressalta tal progressividade rumo a esse oficial supremo. Primeiramente, o que é apresentado de forma seminal no período patriarcal ganha status legal na lei de Moisés. Embora a linguagem de profeta (Gn 20.7), sacerdote e rei (Gn 14.18) apareça no período patriarcal, os ofícios foram regulamentados a partir da lei mosaica. No período patriarcal, fiéis ouviram a Deus diretamente (Abraão, Jacó, Jó) sem a mediação do profeta, ofereceram sacrifícios sem a função mediadora do sacerdote (Abel, Noé, Abraão) e governaram seus patrimônios sem serem chamados de reis. Na lei mosaica, contudo, foram estabelecidos parâmetros da verdadeira profecia (Dt 13, 18), muitas regulamentações sacerdotais e até orientações sobre a realeza (Dt 17). Em suma, a lei determina o que seriam o profeta, o sacerdote e o rei ideais.

Em segundo lugar, a própria expectativa escatológica gira em torno de uma medida maior da profecia, do sacerdócio e da realeza. O grande profeta Moisés, a quem o Senhor falava de forma mais clara e plena (Nm 12.6-8), aspirou por um dia no qual a profecia seria para todo o povo (Nm 11.16-29) e isso só se cumpriu em Pentecostes (At 2) porque, primeiramente, Cristo se tornou o portador do Espírito por excelência (Lc 4.1; Jo 3.34) e, consequentemente, o despenseiro do Espírito (Jo 20.22). O sacerdócio levítico se tornou repetidas vezes contaminado e, por isso, surgiu a expectativa de um sacerdócio de outra natureza (Sl 110.4), superior, como argumentou o autor aos Hebreus. A universalização do sacerdócio também é profetizada no Antigo Testamento (Is 66.21). O grande rei Davi, parâmetro para todos os demais reis de Judá, recebeu a promessa de um herdeiro que se assentaria no trono para sempre (2 Sm 7.12-16), a quem ele chamou de “meu Senhor” (Sl 110.1; Mt 22.41-46). Se até mesmo os reis retos de Judá tiveram seus pecados narrados e suas reputações manchadas, esse rei é perfeito em caráter e glória.

Em terceiro lugar, a figura messiânica é apresentada como singularmente agregadora dos três ofícios, algo inédito na Escritura. Cada oficial no Antigo Testamento costumeiramente exercia apenas um dos ofícios. Para preservar essa separação de poderes os reis vinham da tribo de Judá e os sacerdotes da tribo de Levi. Essa separação ficou clara quando reis que procuraram exercer a função de sacerdote foram reprovados pelo Senhor (ex.: Saul tem o reino retirado dele por não respeitar essa separação, 1 Sm 13.8-14; Uzias é ferido de lepra até o fim dos seus dias e foi excluído da casa do Senhor, 2 Cr 26.16-21). No Antigo Testamento, poucos personagens acumularam dois ofícios e nesse aspecto apontaram para o maior dos oficiais (Davi foi rei e profeta, At 2.29-30, e funcionou excepcionalmente como sacerdote, 1 Sm 30.7-8; Melquisedeque também era rei e sacerdote, Gn 14.18).¹⁶ Porém, o próprio Davi precisou de

¹⁶ TURRETINI, François. *Compêndio de teologia apologética*. Vol. 2. Trad. Valter Graciano Martins. São Paulo: Cultura Cristã, 2011, XIV.v.5 (p. 473). Glenn Kreider procura ir na contramão da

um profeta em sua vida (Natã), revelando que ele não abrangia todo o ofício profético. Assim, os três ofícios eram sombra do Messias, o qual reuniria as três funções em uma pessoa. Algumas passagens se tornaram emblemáticas da expectativa da reunião dos ofícios (Sl 110; Zc 6.12-13).

Resumindo, não apenas a palavra “messias” está relacionada à unção dessas três figuras, além de outras palavras que apontam para a ocupação autoritativa e poderosa de um oficial, mas a história bíblica regulamenta as três funções, apresenta uma expectativa escatológica de uma dose maior dessas funções e aponta uma figura que reuniria os ofícios numa só pessoa. Portanto, há várias evidências que reforçam a ideia de que o tríplice ofício de Cristo é paradigma dogmático calcado na teologia bíblica.

É claro que os ofícios de Cristo não reduzem sua obra à mesma coisa que outros homens fazem, só que em maior grau. Isto é, Jesus não é apenas o Profeta, um Sacerdote superior, o Rei dos Reis. Ele também é a substância para a qual os ofícios apontam. Ele não é apenas o maior dos profetas, mas ele é a profecia.¹⁷ Ele não é apenas o Sumo Sacerdote, ele é a oferta. Ele não é apenas o Rei de Israel, ele é o Soberano cujo domínio era refletido na função real. Em outras palavras, ele é a realidade para a qual os ofícios apontam. Por isso, tornou-se comum na teologia reformada dizer que Jesus é mediador em conformidade com as duas naturezas.¹⁸ Os seus ofícios revelam não apenas o encargo humano, mas a realidade divina mediada aos homens.

Entretanto, os ofícios dizem respeito à realidade encarnada. É em sua humanidade que Cristo dá concretude à lei e à promessa contidas na profecia. É em sua humanidade que Cristo apresenta a provisão perdoadora do sacerdócio. É em sua humanidade que Cristo encarna o domínio sobre céus e terra. Por isso, é necessário destacar o ápice da revelação por meio desse tríplice ofício no Verbo encarnado. Como representante da autoridade que o comissionou, o oficial autoritativamente aponta para realidades superiores. Inclusive, é como portador e anunciador dessas realidades que Cristo será apresentado como paradigma de nosso serviço na última seção deste trabalho. Antes, porém, verificar-se-á qual é a natureza dos ofícios de Cristo.

opinião tradicional ao propor que existem alguns personagens no Antigo Testamento (Adão, Melquisedeque, Moisés e Davi) que reuniram as três funções antecipando o Messias que as cumpriria perfeita e permanentemente. Porém, sua defesa da tríplice função nos personagens tipológicos é cheia de falhas. Não fica claro como Adão supostamente cumpre as três funções ao dar nome às criaturas. Melquisedeque ser chamado de profeta por ter proferido a bênção não combina com o fato de que abençoar era uma função sacerdotal (Nm 6.22-27). A alegação de que Moisés funcionou como rei também valeria para Samuel, uma figura que não foi contemplada na sua tese. KREIDER, Glenn R. “Jesus the Messiah as Prophet, Priest, and King”. *Bibliotheca Sacra* 176 (abr.-jun. 2019), p. 174-187.

¹⁷ Turretini contrasta os profetas humanos com o Profeta divino-humano dizendo que os primeiros interpretam e comunicam a vontade de Deus ministerialmente, mas Jesus age como supremo intérprete de questões celestiais, algo que pertence somente a Deus. TURRETINI, 2011, XIV.ii.6 (p. 459-460).

¹⁸ Cf. TURRETINI, 2011, XIV.ii (p. 457-464).

2. A NATUREZA DOS OFÍCIOS

Esta seção visa elencar algumas características que marcam a essência do ofício, para que se esclareça a validade deste paradigma bíblico-dogmático na apreensão da obra messiânica de Jesus. Alguns equívocos acadêmicos e eclesiásticos serão corrigidos com o fim de ilustrar a importância de compreender bem a ontologia do tríplice ofício. Além de correções, cada característica abaixo será aplicada a alguma área da vida cristã mostrando a praticidade desta doutrina para o fiel alcançado pela obra de Cristo. As características abaixo de forma alguma visam ser exaustivas, mas apenas ilustrativas da natureza dos ofícios.

2.1 *Os ofícios são próprios da encarnação*

Os três ofícios são próprios do Redentor a partir da encarnação. É verdade que, no Antigo Testamento, Cristo já falava pelos profetas (1 Pe 1.11), o sistema sacrificial já dava acesso a Deus e Deus era rei (Salmos 24, 93, 99). No entanto, isso não significa que o Filho já exercia os ofícios no Antigo Testamento, pois o oficial é aquele que tem autoridade delegada, ele não é a própria fonte de autoridade. Assim como um oficial de justiça tem autoridade recebida do juiz ainda que não seja juiz, ou como o militar cuja patente revela um grau de autoridade representativo das forças armadas, tais realidades humanas ilustram o princípio de autoridade delegada de um oficial. Qualquer que fosse a atuação do Verbo no Antigo Testamento, ele não era oficial de Deus para os homens, pois ainda não era homem. Por isso, observamos a ênfase paulina de que o mediador era homem (1 Tm 2.5). Paulo não está negando que o Mediador possui ambas as naturezas – afinal, ele é a perfeita junção entre Deus e os homens –, mas está enfatizando que para o Deus salvador de fato salvar homens (1 Tm 2.3-4) é preciso que o mediador seja homem (ver a repetição do vocábulo “homem” no singular ou no plural nos versos 1, 4, 5). Até o fato de o ofício ser exercido à medida que Cristo é cheio do Espírito aponta para a sua humanidade.

Essa característica evita que afirmemos, como Herman Bavinck, que como Cristo foi apontado mediador desde a eternidade, já no Antigo Testamento ele era ativo como profeta, sacerdote e rei.¹⁹ Creio que Bavinck está confundindo o decreto com a execução histórica. Cristo é o Cordeiro morto antes da fundação do mundo no sentido de decreto, mas para morrer ele precisou se fazer homem na história. Embora sua mediação seja válida para os fiéis do Antigo e do Novo Testamentos, e embora tenha havido instrumentos de proclamação (profecia), sacrifício (sacerdócio) e governo (realeza) em ambos os testamentos, a pessoa

¹⁹ BAVINCK, Herman. *Reformed Dogmatics*. Vol. 3: Sin and Salvation in Christ. Grand Rapids: Baker, 2006, p. 365. Essa alegação já está presente na literatura reformada do século 17. Cf. WITSIUS, Herman. *The Economy of the Covenants Between God and Man: Comprehending A Complete Body of Divinity*. Vol. 1. Reprint. Phillipsburg, NJ: P&R Publishing, 1990, II.iii.2 (p. 178-179); BRAKEL, 1992, p. 564.

de Cristo só assumiu essas funções históricas quando se fez carne. Já afirmamos no parágrafo anterior a operação do Filho em fiéis do Antigo Testamento, mas as operações econômicas de Deus não podem ser confundidas com a operação de um ofício subordinado.

Berkhof observa que em Hebreus 5, especialmente verso 1, se diz que o sumo sacerdote é homem, age em favor dos homens nas coisas religiosas e oferece dons e sacrifícios pelos pecados.²⁰ Cristo, portanto, precisa estar encarnado para ser nosso Sumo Sacerdote. Vários teólogos destacam a divindade do Sumo Sacerdote Jesus, certamente um diferencial, mas se esquecem de destacar que para ser Sumo Sacerdote ele tinha que ser humano. Em Deuteronômio 17, está ordenado que o rei de Israel seja escolhido “dentre os seus próprios irmãos israelitas”, evitando que um estrangeiro seja rei em Israel (v. 15). Em ambas as passagens, há uma identificação entre o oficial e aqueles a quem ele ministra. Isso não significa que Cristo seja um mediador apenas conforme a sua humanidade, como já afirmado na seção anterior deste artigo, mas enfatiza que as funções do oficial só valem a partir da encarnação.

Destacar a encarnação como essencial ao oficialato de Cristo se coaduna de forma bela com a história da redenção. O Verbo teve que se fazer carne a fim de incorporar as tarefas que o povo de Deus desempenhou pecaminosa e imperfeitamente ao longo da história. Na história de Israel no Antigo Testamento, todos os ofícios naufragaram: os reis se desviaram da lei e foram levados cativos e, depois do cativo, não voltaram mais a se assentar no trono de Davi; os sacerdotes também se corromperam, voltaram a exercer o seu ofício após o cativo, mas mui timidamente e por tempo limitado (o templo físico seria destruído no ano 70 A.D.); os profetas se calaram após Malaquias e o povo aguardava que Deus voltasse a falar aos seus escolhidos. Portanto, a vinda de Cristo é um bálsamo para uma humanidade que falhara nas três funções na história de Israel.

2.2 Os ofícios são autoridade constituída por Deus

Já foi dito que o oficial carrega uma autoridade delegada por Deus em relação aos homens. Ninguém se autointitula oficial. A autoridade recebida precisa vir de quem tem a autoridade nas mãos. Hebreus 5 afirma que Arão não tomou a honra de ser sacerdote para si mesmo, mas foi chamado por Deus para tal (v. 4); semelhantemente, Cristo não se faz oficial, mas foi feito sacerdote/rei pelo Pai (v. 5, citando Sl 2.7). O Cristo já encarnado exerce a função de oficial, pois age como chamado e constituído pelo Pai a fim de exercer suas funções (Sl 45.6-7; Is 42.1; 61.1; Lc 4.16-24; Jo 3.17; Hb 1.8-9). Portanto, a tríplice ocupação oficial de Cristo provém de ser sido constituído por Deus

²⁰ BERKHOF, 1990, p. 362.

para tal. Ele tem a autoridade para agir em nome de Deus junto aos homens, e trazer os homens para junto de Deus nessa tríplice ocupação.

Um dos efeitos de o ungido ser constituído por Deus é que ele detém proteção divina. Aquele que se levanta contra o ungido é maldito de Deus (2 Sm 19.21). Essa é uma linguagem davídica explorada não apenas ao longo de sua trajetória rumo à coroação (1 Sm 24.6, 10; 26.9, 11, 23; 2 Sm 1.14-16), mas estabelecida por Davi em seus cânticos para todo o povo (1 Cr 16.22; Sl 20.6; 105.15; 132.10). O ungido é abençoado e protegido por Deus. Isso explica por que a epístola que afirma que nós, cristãos, temos a unção do Santo (1 Jo 2.20, 27), também afirma que o maligno não nos toca (1 Jo 5.18).

Essa característica de autoridade constituída corrige uma prática muito frequente na hinódia cristã. Se Cristo foi feito rei pelo Pai, se ele foi coroado rei por quem tem autoridade para delegar, então nós servos do Senhor não estamos na posição de coroar a Cristo. No entanto, observe quantas músicas cantam acerca de coroarmos a Cristo. O devido entendimento do oficialato nos ensina que só coroa outro quem tem a autoridade para transferi-la. Não podemos nem mesmo dizer que nós o coroamos rei em nossos corações. Nós reconhecemos sua realeza, nos submetemos a ela e a celebramos, mas nós nunca a constituímos.

Isso tem implicações para uma cultura que idolatra a democracia (o poder na mão do povo), quando na Escritura todo poder que temos é recebido e nunca transferido a Cristo. Jesus não anunciou a chegada da República de Deus, mas do Reino de Deus.²¹ Precisamos corrigir nossos paradigmas de poder quando o nosso assunto é a relação de Cristo com os seus súditos.

2.3 Os ofícios têm um propósito redentor

Foi dito anteriormente no artigo que ter um ofício é ter um dever específico, um encargo, uma missão definida a cumprir. Cristo assumiu os ofícios para restaurar o que o homem perdeu na Queda. Nas palavras do puritano William Ames: “O ofício é aquilo que ele assumiu a fim de obter salvação para os homens”.²² François Turretini afirma que o tríplice ofício “abarca tudo o que Cristo deveria fazer em sua missão e vocação diante de um Deus ofendido e dos seres humanos ofensores, reconciliando-os e unindo-os outra vez entre si”.²³ Tanto Ames como Turretini entendem que os ofícios pressupõem a Queda e se propõem a operar redenção.

²¹ CARSON, D. A. “Empolgando-se com Melquisedeque”. In: D. A. Carson (Org.). *As Escrituras dão testemunho de mim: Jesus e o evangelho no Antigo Testamento*. São Paulo: Vida Nova, 2015, p. 170.

²² AMES, 1997, I.xix.1 (p. 131).

²³ TURRETINI, 2011, XIV.v.1 (p. 471).

Ainda que alguns teólogos digam que o homem deveria ter sido profeta-sacerdote-rei no jardim do Éden,²⁴ antes mesmo do pecado, creio ser melhor observarmos que o homem deveria ter exercido funções no jardim que com o pecado ficaram prejudicadas. O homem foi criado para ser adorador do Senhor, proclamador ao próximo e dominador da criação, tudo em função de ser imagem de Deus. Com o advento do pecado, ele passou a precisar de mediadores, de um sacerdócio para adorar, de profetas para que a palavra divina fosse ouvida e de reis para exercer domínio. Se Adão não conseguiu sustentar intactos os três relacionamentos originais (com Deus, com o próximo e com a criação), Cristo vem restaurá-los por intermédio de seus ofícios. Portanto, eles precisam ser vistos como funções do mediador dentro da história da redenção; eles têm um caráter histórico-redentivo.²⁵

Ao relacionar o tríplice mandato recebido pelo homem na criação com o tríplice ofício de Cristo, é possível detectar a relação restauradora da obra de Cristo. O ofício profético nos permite ouvir o Senhor e ser chamados por ele à comunhão. O ofício sacerdotal nos permite relacionar-nos uns com os outros em misericórdia por causa da justiça de Cristo a nós imputada. O ofício real apazigua a inimizade da criação e a liberta do cativeiro da corrupção para sujeitá-la novamente ao domínio humano. Esses exemplos não significam que cada ofício restaura um dos três relacionamentos, apenas ilustram a abrangência deles para os nossos relacionamentos em geral. Poderíamos, por exemplo, dizer que reis visam colocar o povo sob o senhorio de Iavé, sacerdotes são mediadores da comunhão que o povo tem em Cristo e que profetas proclamam a restauração da terra no porvir. Portanto, a relação entre ofício e relacionamento não deve ser sustentada de forma fixa e engessada. Os paralelos visam apenas ilustrar como o que foi perdido na criação é resgatado pelo oficial messiânico.

Vale destacar que na teologia reformada o mediador é uma função do pacto da graça para que Jesus seja a ponte entre um Deus santo e homens pecadores. Por isso é que ele deve ser mediador segundo as duas naturezas, divina e humana.²⁶ Seguindo Bavinck, Berkhof escreve que “como Profeta, ele

²⁴ Cf. BELCHER JR., Richard P. *Prophet, Priest and King: The Roles of Christ in the Bible and our Roles Today*. Phillipsburg, NJ: P&R, 2016, p. 5-11. Seguindo insights de Meredith Kline e Gordon Wenham, dentre outros, Greg Beale argumenta que o jardim do Éden era um santuário, um templo arquétipo, onde a presença de Deus era real e desobstruída. Adão foi colocado nesse templo para “cultivar” e “guardar” (Gn 2.15), dois verbos que em outros lugares do Antigo Testamento são utilizados conjuntamente em contexto de adoração. Posteriormente na história de Israel os sacerdotes receberam funções de guardiões do templo (1 Co 9.23; Nm 11.1) para manter fora toda impureza (2 Cr 23.19). Portanto, a conclusão de Beale é que Adão era um vice-regente sacerdotal, um “sacerdote-rei”, já que tais funções foram separadas apenas com a queda, mas cuja expectativa escatológica seria de reunião dos ofícios (Zc 6.12-13). BEALE, G. K. *O Templo e a missão da igreja: uma teologia bíblica sobre o lugar da habitação de Deus*. São Paulo: Vida Nova, 2021, p. 66-70.

²⁵ Ver *Confissão de Fé de Westminster* VIII.1; *Catecismo de Heidelberg*, p. 31.

²⁶ Cf. TURRETINI, 2011, XIV.ii (p. 457-464).

representa Deus para com o homem; como Sacerdote, ele representa o homem na presença de Deus; e como Rei, ele exerce domínio e restabelece o domínio original do homem”.²⁷ Herman Bavinck também afirma que Cristo tinha que ser um profeta para “conhecer e revelar a verdade de Deus”, um sacerdote para dedicar-se a Deus em nosso lugar e um rei para governar e proteger-nos de acordo com a vontade de Deus.²⁸

Essa ideia de propor os três ofícios como cura para as nossas mazelas tornou-se comum desde os primórdios da tradição reformada. William Ames asseverou que os ofícios de Cristo atendem

[...] as necessidades dos homens que estão lamentavelmente trabalhando sob (a) ignorância, (b) alienação de Deus e (c) impotência para retornar a ele. A primeira é suprida pela profecia de Cristo, a segunda pelo seu sacerdócio e a terceira pela sua realeza.²⁹

Cerca de setenta anos depois, o reformado suíço Johann Heinrich Heidegger repetiu as aplicações de Ames quando escreveu que Cristo apresentou

[...] uma tríplice cura para limpar essa tríplice miséria. Como profeta ele extirpou a ignorância, Mt 23.10; como sacerdote ele suportou a alienação de Deus e de sua vida, Ef 2.13, e como rei ele superou a impotência para retornar a Deus, Sl 23.2-4; Sl 139.24; Ap 7.17.³⁰

Semelhantemente, Turretini fala que a tríplice miséria do homem é “a ignorância, a culpa e a tirania e escravidão do pecado”, sendo respectivamente sanadas pela “luz profética que dissipa a escuridão do erro; o mérito do Sacerdote que remove a culpa e obtém reconciliação para nós; o poder do Rei que remove a escravidão do pecado e da morte”.³¹

A tabela abaixo traz mais uma ilustração de como o tríplice ofício proporciona diferentes ações e efeitos redentores:

| OFÍCIO | AÇÃO | EFEITO |
|-----------|---------------|--------------|
| Profeta | Revelação | Conhecimento |
| Sacerdote | Reconciliação | Comunhão |
| Rei | Reinado | Controle |

²⁷ BERKHOF, 1990, p. 358; cf. BAVINCK, 2006, p. 368.

²⁸ BAVINCK, 2006, p. 367.

²⁹ AMES, 1997, I.xix.11 (p. 132).

³⁰ *Apud* HEPPE, Heinrich. *Reformed Dogmatics*. Londres: Wakeman Great Reprints, 1950, p. 453.

³¹ TURRETINI, 2011, XIV.v.8 (p. 474), minha tradução.

As correlações entre os ofícios e diferentes aspectos de nossa redenção são diversas. Poderíamos dizer que os ofícios se opõem à atuação de Satanás de forma complementar. Enquanto este é pai da mentira e induz falsos profetas, Jesus liberta com a verdade (profeta); enquanto Satanás é acusador, Cristo é advogado pois nos liberta de condenação (sacerdote); enquanto ele é usurpador, Cristo é rei por direito e conquista de volta o direito a todas as coisas. Essa correlação segue a tendência de reformados de fazer paralelos entre o tríplice ofício e várias passagens e temas da Escritura e da teologia. Ainda que alguns paralelos sejam possivelmente forçados, Turretini oferece alguns bons exemplos quando afirma que João 14.6 ensina que o sacerdote abre o caminho para o Pai, o profeta profere a verdade pois conhece o Pai como ninguém e a vida não pode ser mantida senão pelo rei.³² Ele ainda diz que os ofícios revelam as principais perfeições de Deus: o profeta revela a sabedoria de Deus, o sacerdote revela a conquista meritória da sua misericórdia por nós e o rei revela o poder para nos libertar e salvar.³³

2.4 Os ofícios são assumidos simultaneamente

Tais ofícios são assumidos e exercidos simultaneamente e não sequencialmente, como pensavam os socinianos (eles falavam do ministério de três anos como profeta, a cruz como sacerdote e hoje à destra do Pai como rei). Alguns reformados no passado falaram sobre uma ordem na execução dos ofícios (Cristo primeiro declarou a vontade do Pai, depois se ofereceu e por fim entrou em seu reino),³⁴ mas nunca intentaram falar que Cristo assumiu os ofícios separadamente. A *Segunda Confissão Batista de Londres* (1689), que segue bem de perto a *Confissão de Fé de Westminster* (1646) e a *Declaração de Savoy* (1658), acrescentou parágrafos ao capítulo 8 sobre o Mediador falando de uma ordem “necessária” dos três ofícios: profeta, sacerdote, rei (VIII.10). Nisso, ela destoou de suas confissões irmãs anteriores.

Na verdade, a própria Escritura confunde nossa percepção da ordem de execução. Quando ele expele demônios antes de sua exaltação, ele afirma que o reino é chegado (Mt 12.28) e o livro de Apocalipse, revelado por Cristo ao apóstolo João após a ascensão, é chamado de “profecia” (Ap 1.1-3). Portanto, não é saudável sustentar que Jesus exerceu os ofícios separadamente, nem mesmo que os tenha exercido na ordem de profeta, sacerdote e rei. Uma versão

³² TURRETINI, 2011, XIV.v.7 (p. 474).

³³ TURRETINI, 2011, XIV.v.12 (p. 475).

³⁴ Cf. AMES, 1997, I.xix.13 (p. 132); Heidegger *apud* HEPPE, 1950, p. 454. François Turretini chegou a definir a profecia, o sacerdócio e a realeza como “anúnciação, aquisição e aplicação”, transparecendo a ideia de que os ofícios teriam sido exercidos sequencialmente. TURRETINI, 2011, XIV.v.9 (p. 475). Porém, anteriormente ele já dissera que “Cristo não exerceu estes [ofícios] separadamente, mas em conjunto”. TURRETINI, 2011, XIV.v.5 (p. 473).

modalista dos ofícios esvazia a glória de essa figura messiânica ser ao mesmo tempo rei e sacerdote (Sl 110; Zc 6.13), de unir os ofícios. Se ele fosse rei e não fosse sacerdote, ele seria temível, mas não acessível. Nosso Salvador consegue reunir imagens aparentemente contrastantes (Leão e Cordeiro) e mostrar que ele é temível e manso, feroz e silente, rei e sacerdote!

Na cruz, normalmente associada ao ofício sacerdotal, Cristo foi desprezado em seus três ofícios, mas também realizou a obra redentora por intermédio dos três ofícios. Heber Campos³⁵ nos recorda como ele foi desafiado como profeta (Mt 26.67-68), seu poder sobre o santuário foi questionado (Mc 15.29-30) e sua realeza foi alvo de zombaria (Lc 23.36) com direito a manto, cetro e coroa (Mt 27.28-29). Mas por detrás de tal zombaria, houve grande triunfo do tríplice ofício. “Na cruz ele realiza sua obra de Sacerdote; porém, ao mesmo tempo nos mostra qual é a verdade, como convém a um Profeta; e triunfa sobre seus inimigos, como um Rei que vence ao morrer”³⁶ Precisamos enxergar a obra expiatória de Cristo à luz do tríplice ofício.³⁷ A obra redentora de Jesus não é descrita apenas de forma jurídica e religiosa (sacerdote), mas também de forma bélica (rei).³⁸

Embora seja costumeiro pensar na cruz como algo próprio do seu sacerdócio e na ressurreição, ascensão e sessão à destra do Pai como próprios de sua realeza, esse tipo de distinção passa a impressão de que os ofícios são exercidos consecutivamente. Todavia, é mais útil pensarmos nos ofícios à luz dos estados de Cristo. Devemos responder à seguinte pergunta: o que significa ser profeta, sacerdócio e rei no estado de humilhação e qual a mudança para o estado de exaltação?³⁹ É certo que no estado de humilhação Cristo é profeta sem honra, mas na exaltação (a partir de Pentecostes) o Espírito conduz muitos a profetizar e muitos à verdade. É certo que no estado de humilhação o sacerdote se entrega como oferta, mas tendo aberto um novo e vivo caminho na exaltação ele conduz muitos à presença do Senhor. Quanto à sua realeza humilhada, por não ser reconhecida ela se constitui em conquista dos seus e triunfo sobre o usurpador (como Davi, no período entre sua unção e sua coroação); mas quando

³⁵ CAMPOS, Heber Carlos de. *A humilhação do Redentor*. São Paulo: Cultura Cristã, 2008, p. 559-566; cf. TURRETINI, 2011, XIV.v.13 (p. 476).

³⁶ GAROFALO NETO, Emílio. “A ofensa romana aos três ofícios de Cristo”. In: ARAÚJO NETO, Felipe Sabino de (Org.). *A sistemática da vida*. Brasília: Monergismo, 2015, p. 129.

³⁷ Uma obra que procura fazer isso, embora desafiando a teologia ortodoxa, é SHERMAN, Robert, *King, Priest, and Prophet: A Trinitarian Theology of Atonement*. Nova York: T&T Clark, 2004.

³⁸ Para uma junção dessas duas imagens, ver TREAT, Jeremy R., *O Rei crucificado: vitória por meio do sacrifício*. São José dos Campos: Fiel, 2022.

³⁹ Para um resumo da importância da ressurreição no tríplice ofício, ver: ORTLUND, Gavin. “Resurrected as Messiah: The Risen Christ as Prophet, Priest, and King”. *Journal of the Evangelical Theological Society* 54.4 (dez. 2011), p. 749-766.

é coroado de glória de honra (Hb 2.9; Mt 28.18), ele reparte com o seu povo os despojos de sua vitória (Ef 4.7-12) para conduzir a expansão do seu reino.

2.5 Os ofícios exigem submissão

Os ofícios sempre se mostraram controversos porque o homem pecador não tem prazer em se submeter à autoridade de Deus. Moisés e Arão foram rejeitados em suas funções mediadoras repetidas vezes, ainda que apontados por Deus (Nm 12.1-8; 14.2, 4; 16.3; 16.12-14; 17-6-10). O resultado de tais rebeliões sempre foi juízo da parte de Deus, ainda que amenizado pela intercessão de Moisés. Quando estava no estágio de humilhação, Cristo foi rejeitado em seus três ofícios. Assim como os profetas do Antigo Testamento foram rejeitados, Jesus também foi rejeitado como profeta (Lc 4.16-24; 13.34). Assim como Davi não foi reconhecido publicamente como rei durante o governo de Saul, Cristo também foi o rei legítimo rejeitado por poderes paralelos (Mt 12.22-30; Jo 18.36-37; 19.19-22). Seu ofício sacerdotal também não foi compreendido (Jo 2.13-22). Isso significa que sua autoridade de um comissionado por Deus foi rejeitada. Rejeitar um oficial sempre significou rejeitar o próprio Deus e, no caso de Cristo, essa rejeição foi pessoal e direta. Rejeitar a Cristo é equivalente à rejeição de Deus no Antigo Testamento, só que agora com a revelação sublime do Verbo encarnado, o que torna a rebelião das gerações posteriores a Cristo ainda mais grave.

A fé parece frequentemente dissociada de autoridade em nossos dias. A teologia do “crente carnal” parece tornar o senhorio de Cristo um segundo momento da vida cristã, como se pudéssemos primeiro receber a Cristo como Salvador e depois recebê-lo como Senhor. Todavia, não é possível desfrutar de sua salvação se não nos colocarmos sob o seu senhorio. Só temos comunhão com Cristo se andarmos na luz (1 Jo 1.5-7), só amamos a Cristo se de fato guardamos os seus mandamentos (1 Jo 2.3-6). Outro problema de autoridade ocorre na igreja quando membros se julgam no direito de viver sua espiritualidade sem prestação de contas. Todavia, Cristo nos encoraja com sua autoridade comissionando-nos (Mt 28.18-20) e acompanhando-nos (Mt 18.18-20). Esse é o poder da igreja. Reconhecer essa autoridade evangélica é crucial para um caminho de juízo ou de bem-aventurança (1 Pe 2.6-8).

3. CRISTÃOS COMO SUBOFICIAIS DE CRISTO

Quando ouvimos falar dos ofícios de Cristo, nós nos familiarizamos mais com o exercício deles sob o estado de humilhação, isto é, durante os anos em que esteve aqui na terra até a cruz e o sepultamento. No entanto, é importante destacar como Cristo continua a exercê-los no estado de exaltação. Ouso dizer que, num certo sentido, o exercício dos ofícios no estado de exaltação é ainda mais glorioso, por obra do Espírito. Ainda que ele esteja ausente fisicamente, as glórias de seus ofícios são mais vistas e reconhecidas pelos homens. E o

que mais impressiona ao afirmar a glória dos ofícios hoje é o fato de que no estado de exaltação Cristo exerce seus ofícios tanto imediatamente (i.e., sem meios, de forma direta) quanto por intermédio da igreja. Afinal, ele nos dá o direito de sermos oficiais nele: sacerdócio real a fim de proclamarmos as virtudes de Deus (1 Pe 2.9); a tarefa de proclamar nos faz profetas, além de sacerdotes e reis. Assim como Cristo, nós também somos unguídos (1 Jo 2.20, 27). O Cristo assunto aos céus continua a exercer os ofícios de forma gloriosa e, agora, inclusive por intermédio de seus suboficiais.

O verso 3 do Salmo 110 fala que o povo se apresentará para a guerra, e eles vem vestidos de “santos ornamentos”, algo indicador de roupas consagradas. “Assim como o líder deles na batalha será um rei e sacerdote, também os guerreiros serão um exército de sacerdotes vestidos com vestes santas”.⁴⁰ Portanto, vemos uma junção da imagem de guerreiros sob o Rei e sacerdotes sob o Sumo Sacerdote. Já em Êxodo havia o sonho de uma nação privilegiada que seria vitoriosa sobre os seus inimigos pela força do Senhor (Ex 19.4-5) e que se colocaria como intermediária entre nações e o Senhor (Ex 19.6). Deus promete a Israel ser guardado pelo poder de Deus e testemunha a um povo incrédulo, dois temas trabalhados por Pedro na epístola em que ele cita essa passagem de Êxodo (1 Pe 2.9; ver 1 Pe 1.5; 2.12; 3.15). Portanto, é necessário entendermos o que significa ser um reino de sacerdotes, um sacerdócio real debaixo do Supremo Sacerdote-Rei.

A Reforma Protestante esteve atenta a essa verdade bíblica e, por isso, surgiu a ênfase eclesiológica de Martinho Lutero acerca da doutrina do sacerdócio universal dos crentes. Cristo constituiu um grupo de sacerdotes (1 Pe 2.5, 9; Ap 1.6) não para oferecer sacrifícios de redenção, mas de gratidão (Rm 12.1; Hb 13.15-16). A universalidade do sacerdócio significa que nós somos intermediários que aproximam o mundo de Deus mediante a missão proclamadora (1 Pe 2.9-10; Jo 17.21, 23).

Todavia, é necessário ir mais longe. Se a Reforma Protestante nos legou a importante doutrina do sacerdócio universal (contra o papel de intermediário exercido pelo clero romano), deveríamos seguir o seu exemplo e falar de profecia e realza universais. Os ofícios não são próprios de pastores ou líderes somente, nem devem ser vistos separadamente (como se uns fossem profetas, outros sacerdotes, outros reis). O famoso pregador inglês do século 18, George Whitefield, exemplificou a universalidade dos ofícios ao aplicar os três ofícios de Cristo aos pais de família. Num sermão intitulado “The Great Duty of Family Religion” (O grande dever da religião familiar), Whitefield escreveu: “Todo chefe de família deve se considerar obrigado a agir em três

⁴⁰ KAISER, 2021, p. 90.

competências: como profeta, para instruir; como sacerdote, para orar pelos outros e com eles, e como rei, para governar, dirigir e sustentar a família”.⁴¹

A universalidade dos ofícios nos livra de personalismos intermediários da espiritualidade. Como profetas, falamos a Palavra de Deus em nome de Deus com autoridade e não precisamos nos submeter a “profetas” especiais (1 Jo 2.20, 27). A não necessidade de ensino de que fala João significa não se submeter a mestres gnósticos. Como sacerdotes, conduzimos as pessoas a Deus por meio da cruz e intercedemos por elas; não precisamos de intermediários, de “orações poderosas” de líderes eclesiais ou de líderes de louvor que nos conduzem a uma experiência espiritual “mais sublime”. Como reis, somos anunciadores do reino vindouro até que venhamos a reinar sobre a terra; não devemos nos submeter a usurpadores de poder que gostam de manter hierarquias e controle da igreja. Não há mediadores entre o Supremo Oficial e seus subalternos.

Ainda que sejamos agraciados com o privilégio de trabalhar diretamente debaixo da ação do Espírito de Cristo, sem a necessidade de intermediários, não temos o direito de cultivar uma visão triunfalista de serviço e missão. Afinal, assim como Cristo primeiramente passou por humilhação para depois ser exaltado, nós seguiremos trajetória semelhante. Se Cristo é profeta, sacerdote e rei tanto no estado de humilhação quanto no estado de exaltação, deve-se pensar o mesmo a respeito dos cristãos. Existe uma maneira para Cristo e inclusive para nós de exercer o ofício mesmo debaixo de humilhação, assim como o exercemos de forma triunfante na exaltação. Agora, somos profetas procurando aprender a palavra e marginalizados na sociedade; somos sacerdotes impuros e nossa adoração ainda não reflete tudo o que Cristo fez por nós; somos embaixadores em terra estrangeira aguardando reinar com ele sobre a terra.

Além de recordar que nossas funções oficiais experimentam aspectos de humilhação, não podemos equiparar o ofício de Cristo e o nosso ofício. Fazemos bem em distinguir a diferença entre o Supremo Oficial e os suboficiais. Nosso ofício profético deve estar submisso ao momento revelacional no qual vivemos. Não temos a força profética que Jesus e os apóstolos tiveram quando apresentaram a vontade de Deus aos seus contemporâneos de forma nova e normativa. Somos servos da Palavra e nos submetemos ao poder do evangelho (Rm 1.16-17).

Nosso ofício sacerdotal não nos dá o direito de manter uma distância entre as bênçãos de Deus e os nossos liderados, como se nossa oração fosse mais poderosa, como se a nossa pregação fosse insubstituível, como se nosso

⁴¹ Voddie Baucham Jr. adapta assim essa terminologia de Whitefield: “O jovem deve estar pronto para representar sua família diante de Deus (como sacerdote), representar Deus diante de sua família (como profeta), suprir as necessidades dos membros de sua família (como provedor), e colocar-se entre a família e todos os que lhe quiserem machucar (como protetor)”. BAUCHAM, Voddie. *O que ele deve ser... Se quiser casar com minha filha*. Brasília: Monergismo, 2012, p. 192.

aconselhamento guardasse os segredos de uma vida bem-sucedida, como se a nossa gestão tivesse que microgerenciar tudo. Somos meros sacerdotes cujos louvores e vidas dedicadas a Deus estimulam outros a se reconciliarem com o Senhor. Nossa missão é cultivar a união que comprove ao mundo que o Cristo é enviado do Pai (Jo 17.21, 23).

Nosso ofício real também não pode assumir o papel de conquistadores na batalha espiritual. Nos evangelhos, Satanás é representado como inimigo vencido e os demônios são expulsos. Satanás está amarrado (Lc 11.21-22), a obra de Cristo é final e triunfante sobre os demônios (Jo 12.31-33; Cl 2.13-15; Ap 20.1-3). Por isso, nossa postura é apenas de resistência, como quem mantém a posição já conquistada (Ef 6.11, 13). Somos embaixadores que representam o reino de Cristo em terra estrangeira (2 Co 5.18-20); nossas igrejas são as embaixadas e seu papel é representar adequadamente o chefe de estado. Nosso ataque não é feito de orações poderosas e nosso louvor não é arma de vitória. Nosso único ataque, por meio da espada do Espírito (a Palavra de Deus), é feito diplomaticamente, pacificamente. Mas é por meio de nossa diplomacia que os eleitos são resgatados das garras do inimigo!

CONCLUSÃO

Neste artigo, observou-se que o paradigma do tríplice ofício de Cristo se tornou proeminente na tradição reformada e goza de amplo respaldo bíblico para não ser acusado de ser uma categoria dogmática imposta ao texto. Foi observado, também, que a natureza do ofício alinha vários aspectos por vezes negligenciados na academia e na igreja: sua constituição encarnada, sua autoridade divina, seu teor redentivo, o exercício simultâneo de suas funções e o requisito de obediência. Por último, observou-se que o exercício dos ofícios na igreja é abrangente e não tolera usurpadores da posição de Cristo que se colocam como intermediários dos demais. Por outro lado, combate-se o triunfalismo observando que o exercício da tríplice função passa por experiências de humilhação, além de se distinguir o ofício de Cristo de nossas funções.

O tríplice ofício de Cristo é um tema riquíssimo da tradição reformada e deve ser mais explorado do que tem sido. Esta singela introdução visa apenas despertar o leitor a enxergar as estruturas do oficialato de Cristo e sua natureza, a fim de ponderar outras aplicações *cristológicas* (ex.: como as funções expiatórias e intercessórias do sacerdócio de Cristo se relacionam), *soteriológicas* (ex.: como o ofício profético proporciona conhecimento, convicção e confiança nas promessas redentoras), *eclesiológicas* (ex.: como a realeza dos cristãos propõe uma grandeza contracultural que passa por se tornarem servos; Mt 20.25-28) e até *escatológicas* (ex.: o que significa entregar o reino ao Pai, de 1 Co 15.24-28?). É tempo de explorar mais esse paradigma em nosso ensino teológico e, principalmente, em nossa docência eclesiástica.

ABSTRACT

The doctrine of the threefold office, or Christ's three offices, is presented as characteristic of the Reformed tradition since John Calvin and the confessional documents of the 16th and 17th centuries, though it is poorly investigated among those who claim to be Reformed in Brazil today. In order to respond to accusations and correct mistaken perceptions of this doctrinal locus, the article first investigates the Scriptural foundation and the history of redemption to conclude that it is a biblical paradigm, rather than a dogmatic formula forced on to the sacred text, for at least three reasons: mosaic law regulations, eschatological expectation of something superior regarding the offices, the presence of a figure who would unite all three offices. Secondly, the article highlights characteristics of the nature of the office (incarnate constitution, divine authority, redemptive content, simultaneous exercise of the functions, and demand for obedience) that correct Christological and ecclesiological mistakes both in academic as well as ecclesiastical settings. Lastly, the article presents the exercise of the offices by Christians under the authority of Christ with three concerns in mind: to contend against the usurpers who place themselves as intermediaries of spirituality, to avoid triumphalism by means of the trajectory of humiliation and consequent exaltation of the threefold office, to distinguish how the Supreme officer works from our functions as sub-officers.

KEYWORDS

Christ's threefold office; Christ's three offices; Prophetic office; Priestly office; Royal office; Reformed tradition; Royal priesthood; Christology; Ecclesiology.